

ANC P1

# Negocia-se o perdão de dívidas

8 JUN 1988

GAZETA MERCANTIL

por Ascânio Seleme  
de Brasília

O governo aceitou negociar a retirada da correção monetária sobre os débitos contraídos por micros e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado. Os limites para essa isenção estão sendo negociados.

Depois de uma reunião de duas horas e meia com os autores das emendas e os principais líderes do governo na Constituinte, o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, concordou em que não havia outra solução para o problema que não fosse a negociação imediata.

O senador Marcondes Gadelha (PB), líder do PFL no Senado, informou ao ministro Mailson da Nóbrega que, sem negociação, a emenda Mansueto de Lavor — que dá ampla isenção a todos os débitos — seria aprovada com mais de 350 votos, incluindo o dele.

Segundo apurou a editora Jurema Baesse, Marcondes Gadelha disse ao ministro que se o governo se mantiver inflexível “terá um duplo ônus, pois, além de bancar a conta, vai ganhar impopularidade”.

A relutância de Mailson da Nóbrega em abrir as negociações baseava-se nos números oferecidos pela sua assessoria. Segundo esses dados, o prejuízo das emendas seria da ordem de CZ\$ 1,6 trilhão (cerca de US\$ 10 bilhões). O autor de uma das emendas, senador



Mansueto de Lavor

Mansueto de Lavor (PMDB-PE), informou ao ministro que a fusão das três emendas representa prejuízo de CZ\$ 180 bilhões, ou pouco mais de US\$ 1 bilhão no câmbio oficial.

O líder do PFL na Constituinte, deputado José Lourenço (BA), apresentou, no final da tarde de ontem, uma proposta formal do governo aos autores das emendas. Segundo Lourenço, o governo aceitaria uma fusão negociada que não causasse prejuízos superiores a CZ\$ 100 bilhões. A proposta foi recusada pelo senador Mansueto de Lavor e pelo deputado Humberto Souto (PFL-MG).

(Ver página 6)